



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

CRENCIAMENTO: 20 de maio de 2022, às 14 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 20 de maio de 2022, após o credenciamento.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO DE JORNAL INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO – MG.

RECIBO

A Empresa _____ CNPJ n.º: _____, retirou Edital de Pregão Presencial n.º: **03/2022** e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo e-mail: _____.

_____, aos ____ / ____ / _____

(Assinatura)

OBSERVAÇÃO: Cópia deste instrumento convocatório estará disponível no Setor de Licitação da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG, das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, até o último dia útil que anteceder o certame, bem com no site: www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br.

É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão de Licitação, via e-mail – contato@camarasjn.mg.gov.br, a retirada do mesmo e para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias.

A Comissão de Licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não encaminharem este recibo ou prestarem informações incorretas no mesmo, pelos meios expostos, após a retirada do Edital.

Quaisquer dúvidas contatar via e-mail contato@camarasjn.mg.gov.br ou pelos telefones (32) 3261-1107 / 3261-1252.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

CRENCIAMENTO: 20 de maio de 2022, às 14 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 20 de maio de 2022, após o credenciamento.

1. PREÂMBULO

- 1.1- A Câmara Municipal de São João Nepomuceno - MG, com sede na Rua Domingos Henriques de Gusmão, 104 – Centro, neste ato representada pelo seu Exmo. Presidente Francisco Augusto Baptista de Oliveira Carillo, no uso de suas atribuições legais torna pública a abertura do Processo Licitatório n° 026/2022, na modalidade de Pregão Presencial n° 03/2022, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO DE JORNAL INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO - MG, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.
- 1.2- Este pregão será regido pela Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução da Câmara Municipal de São João Nepomuceno - MG n.º 04/2018, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e condições fixadas neste Edital e seus Anexos.
- 1.3- O pregão será realizado pelo Pregoeiro Rodrigo Menezes Costa Caçador e Equipe de Apoio, designados através da Portaria n.º 04/2022, de 03 de janeiro de 2022.
- 1.4- A abertura da sessão de pregão terá início às **14 horas** no dia 20 de maio de 2022 na sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Domingos Henriques de Gusmão, n.º 104, Centro, São João Nepomuceno – MG, momento no qual deverá ser iniciado o “CRENCIAMENTO” para a entrega dos envelopes de “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO” e posterior início da sessão.
- 1.5- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.
- 1.6- A participação no pregão importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 1.7- Ocorrendo decretação de feriados ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, a mesma será suspensa e retomada no dia e horário a critério do Pregoeiro, no mesmo local, restando todos os participantes desde já cientificados quanto ao fato.
- 1.8- A realização da sessão de pregão obedecerá às normas municipais, em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, no âmbito do município de São João Nepomuceno – MG.
- 1.9- Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
 - 1.9-1. Anexo I – Termo de Referência;
 - 1.9-2. Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação;
 - 1.9-3. Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento;
 - 1.9-4. Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
 - 1.9-5. Anexo V – Modelo de Declaração §4º do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006 (Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte);
 - 1.9-6. Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento à Norma XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
 - 1.9-7. Anexo VII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
 - 1.9-8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

2. OBJETO

- 2.1- A presente licitação tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO DE JORNAL INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO - MG**, conforme as condições e especificações detalhadas neste Edital e seus Anexos.

3. INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A DESPESA

- 3.1- As despesas com a aquisição do objeto de que trata este instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.000.000.01.031.0001.2.004 - Divulgação
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00018

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1- O presente processo licitatório é destinado, exclusivamente, à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou equiparadas nos termos da Lei n.º 123/2006 e alterações dadas pela Lei Complementar n.º 147/2014, do ramo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

- 4.1-1. Por ramo pertinente, entende-se empresa que possua, em seu ato constitutivo, objeto social e, conjuntamente, cadastro no CNAE equivalente ao objeto da presente licitação.
- 4.1-2. Será desclassificada a empresa que possua contrato social ou CNAE divergente.
- 4.2- Não poderão participar da presente licitação as empresas que:
 - 4.2-1. Encontrarem-se envolvidas em processo de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, homologados ou não homologados, ou ainda em processo de falência, Decretado ou Não Decretado, sob o concurso de credores, em dissoluções ou em liquidação, bem como todas aquelas empresas que almejam os benefícios da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
 - 4.2-2. Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
 - 4.2-3. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
 - 4.2-4. Estejam constituídas sob a forma de consórcio e sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja a sua forma de constituição;
 - 4.2-5. Estrangeiras que não funcionam no país ou não tenham representação no país;
 - 4.2-6. Servidor ou dirigente da Câmara Municipal de São João Nepomuceno ou os membros da Comissão de Licitação.
- 4.3- É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa na presente licitação.
- 4.4- É vedado ao licitante apresentar mais de uma proposta ou proposta que não apresente valor líquido e certo.
- 4.5- O licitante arcará integralmente com os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do processo licitatório.
- 4.6- A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.
- 4.7- A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade da licitante que, por eventual descumprimento, se sujeitará às penalidades cabíveis, inclusive a penalidade de desclassificação.

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.1- Os pedidos de esclarecimento ou impugnação, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o 2º (segundo) dia útil antes da data fixada para recebimento das propostas, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.2- Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail: contato@camarasjn.mg.gov.br.
- 5.3- Nos pedidos de esclarecimento encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).
- 5.4- Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviarem solicitações de retirada do Edital.
- 5.5- As impugnações ao Edital deverão ser apresentadas no prazo legal por escrito e protocolizadas presencialmente na Sede da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG, localizada na Rua Domingos Henriques de Gusmão, n.º 104, Centro, São João Nepomuceno – MG, no horário de 08:00h às 11:00h ou de 13:00h às 16:00h dos dias úteis, sendo que as respostas serão disponibilizadas no site www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br, sendo acessíveis a todos os interessados.
- 5.6- Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. CREDENCIAMENTO

- 6.1- O credenciamento terá início às **14 horas** do dia 20 de maio de 2022 na sede da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, localizada na Rua Domingos Henriques de Gusmão, n.º 104, Centro, São João Nepomuceno-MG.
- 6.2- No início da sessão pública de realização do pregão, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido dos seguintes documentos **preferencialmente nesta ordem e fora de qualquer envelope**:
 - 6.2-1. **Carteira de Identidade ou documento legal equivalente com foto** do representante que está sendo credenciado para o certame;
 - 6.2-2. **Carta de Credenciamento, conforme o modelo constante no Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento;**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

(Observação: Caso o representante da empresa licitante seja o Proprietário/Sócio Administrador, não será necessário instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento).

- 6.2-3. **Contrato Social e última alteração contratual consolidada ou ainda, Documento Constitutivo da Sociedade/Empresa**, devidamente registrado na Junta Comercial ou em Cartório;
- 6.2-4. **Comprovante de CNPJ atualizado;**
- 6.2-5. **Declaração do representante ou procurador da licitante, conforme o modelo constante no Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação** indicando que preenche todos os requisitos do Edital, em especial, os de Habilitação.
- 6.2-6. **Certidão expedida pela Junta Comercial competente demonstrando o enquadramento de microempresa** de acordo com o Art. 8º da Instrução Normativa n.º 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, que será considerada como válida por 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.
- 6.3- Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados na sessão para a devida autenticação pela Câmara Municipal.
- 6.4- Será admitido apenas 01 (um) representante legal para cada licitante credenciado.
- 6.5- O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados, não inabilitará o proponente, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenções de recorrer por parte do interessado, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, ofertar lances, bem como praticar os demais atos de um mandatário, em quaisquer atos relativos a presente licitação para o qual seja exigida a presença do representante legal da empresa.
- 6.6- As declarações contidas nos subitens anteriores deverão ser entregues pela licitante quando do CREDENCIAMENTO de seu representante, ou caso a empresa não queira credenciar um representante legal, deverá entregar diretamente ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio ou protocolizar na Presidência deste Legislativo Municipal, um envelope em SEPARADO com os dizeres “CREDENCIAMENTO” (dentro deste envelope deverão constar além destas declarações, todos os documentos do item 6 - CREDENCIAMENTO) sob a pena de PERDA DO DIREITO aos benefícios que lhe são conferidos pela Lei Complementar Federal n.º. 123/2006 e de ser declarado NÃO PARTICIPANTE.
- 6.7- No momento do credenciamento dos participantes o Pregoeiro receberá dos licitantes os envelopes da PROPOSTA COMERCIAL e HABILITAÇÃO.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

7. ENTREGA DOS ENVELOPES

- 7.1- Os envelopes de “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Edital ou protocolizado na Presidência deste Legislativo Municipal, neste caso, endereçado ao Pregoeiro até o dia e horário marcado de início da sessão.
- 7.2- Os envelopes indicarão em sua parte externa e frontal, as seguintes informações:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL Câmara Municipal de São João Nepomuceno Processo Licitatório: 026/2022 Pregão Presencial: 003/2022 Razão social, representante legal, endereço e telefone da empresa proponente.</p>

<p style="text-align: center;">ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Câmara Municipal de São João Nepomuceno Processo Licitatório: 026/2022 Pregão Presencial: 003/2022 Razão social, representante legal, endereço e telefone da empresa proponente.</p>
--

8. PROPOSTA COMERCIAL – (ENVELOPE Nº 1)

- 8.1- A proposta deverá ser preenchida nos moldes do **Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços**, impressa em papel timbrado da empresa, contendo:
- 8.1-1. Nome, CNPJ, endereço e telefone da proponente licitante em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, sendo a última assinada pelo representante da licitante;
- 8.1-2. Nos preços propostos para a aquisição dos serviços deverá estar inclusa todas as despesas, além dos tributos e demais custos que compõem o fornecimento.
- 8.2- Como critério de aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro e Equipe de Apoio utilizará como valor de referência a média global de cotação de preços de R\$1.694,00 (mil seiscentos e noventa e quatro reais).
- 8.3- A proposta comercial deverá ser apresentada sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou impeçam exata compreensão de seu conteúdo.
- 8.4- Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.5- No tocante aos preços, as propostas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional com cotação em até 02 (duas) casas decimais.
- 8.6- Em caso de erros meramente materiais, como a ausência de indicação das marcas dos produtos ou operações aritméticas, será permitida a correção pelo representante legalmente habilitado da respectiva empresa, fazendo-o à mão, na presença do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e demais licitantes durante a sessão antes de iniciada a fase de lances, sendo adotados, em caso de valores, os menores aferidos.
- 8.7- Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros materiais, como os previstos no subitem “8.6” deste Edital.
- 8.8- Eventuais custos adicionais para atender aos requisitos do Edital correrão exclusivamente por conta da empresa.
- 8.9- Serão desclassificadas as propostas que não se enquadrem nas especificações exigidas, que apresentarem preços excessivos (incompatíveis com os preços de mercado) ou manifestamente inexequíveis (Art. 48 da Lei nº. 8.666/1993).
- 8.10- A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluídas nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- 8.11- O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 8.12- O preço proposto deverá ser compatível com o praticado no mercado e deverá se manter inalterado até o cumprimento do contrato, salvo exceções previstas em lei.
- 8.13- Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante em sua proposta comercial.
- 8.14- As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas o solicitado no objeto desta licitação.
- 8.15- O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas materiais e/ou formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.
- 8.16- A simples apresentação da proposta implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nela contidas.

9. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.1- No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 9.2- Após o encerramento do credenciamento, identificação dos representantes das empresas proponentes, e recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, o Pregoeiro não mais aceitará novos proponentes.
- 9.2-1. Em qualquer momento da sessão pública, o Pregoeiro poderá advertir o representante da empresa licitante a pautar-se com o devido decoro, exigindo-se o devido respeito atinente ao certame, podendo, inclusive, em caso de desobediência, representar criminalmente, com amparo no Art. 331 do Código Penal, constando a descrição do fato na Ata da Sessão Pública.
- 9.3- **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- 9.3-1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que observadas as especificações estabelecidas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente.
- 9.3-2. Abertos os envelopes de proposta comercial, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que:
- a) O objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) Que apresentem preço baseado nas propostas das demais licitantes;
 - c) Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados, nos termos do disposto no § 3º do Art. 44 e inciso I e II do Art. 48, da Lei Federal nº. 8.666/93;
 - d) Não for aprovada pelo Pregoeiro e sua equipe, que verificará o atendimento ao objeto licitado, quanto às especificações e qualidade do produto.
- 9.3-3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 9.3-4. O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais/erros materiais, que não afetem o seu conteúdo.
- 9.3-5. Abertos os envelopes de Proposta Comercial, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que contiverem vícios insanáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.3-6. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 9.3-7. Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 9.3-8. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.4- LANCES VERBAIS

- 9.4-1. O oferecimento de lances verbais obedecerá às disposições dos itens subsequentes.
- 9.4-2. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, convidando o Pregoeiro individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.
- 9.4-3. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances, obedecendo ao critério disposto no §2º, do Art. 45, da Lei nº 8.666/1993.
- 9.4-4. Os lances serão formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 9.4-5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 9.4-6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.
- 9.4-7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desta etapa declinarem da formulação dos mesmos.
- 9.4-8. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço global e o valor estimado da contratação.
- 9.4-9. Ao declarar encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.4-10. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação pelo licitante que a tiver formulado.
- 9.4-11. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com os preços praticados no mercado e com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 9.4-12. Não sendo aceitável o preço, é facultado ao Pregoeiro abrir negociações bilaterais com a empresa classificada em primeiro lugar objetivando uma proposta que se configure de interesse da Câmara Municipal.
- 9.4-13. Aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação da condição de habilitação.
- 9.4-14. Constatado o atendimento pleno às exigências contidas no Edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 9.4-15. Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.
- 9.4-16. Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, o Pregoeiro poderá negociar particularmente com o detentor da mesma para que seja obtido melhor preço.
- 9.4-17. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.
- 9.4-18. Caso o Pregoeiro entenda que o preço possa ser inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 9.4-19. Para a demonstração da exequibilidade do preço ofertado serão admitidos:
- a) Planilha de custos elaborada pelo licitante;
 - b) Documentos que comprovem contratação em andamento com preços semelhantes.
- 9.4-20. Verificada a inexequibilidade do preço, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.
- 9.4-21. Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, serão convocados os demais licitantes, na ordem de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

- 9.4-22. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a devida e necessária regularização.
- 9.4-23. A não regularização da documentação, no prazo do item “8.4-22”, implicará a decadência do direito à contratação.
- 9.4-24. Constatado o atendimento pleno às exigências de habilitação, será declarado pelo Pregoeiro, o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o item integrante do objeto deste Edital.
- 9.4-25. No caso de Pospostas com valores iguais, NÃO OCORRENDO LANCES, para efeito de classificação, prevalecerá aquela que for recebida e registrada pelo sorteio em primeiro lugar e assim sucessivamente.
- 9.5- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão de pregão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.
- 9.6- Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição e após assinatura do Contrato pelo licitante vencedor, o Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do instrumento de contrato, devendo as empresas retirá-los após este período, mediante recibo no processo, sob a pena de inutilização dos mesmos.

10. HABILITAÇÃO – (ENVELOPE Nº 2)

10.1- Para fins de habilitação será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, em original ou cópia simples para autenticação pela Câmara Municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial os seguintes documentos preferencialmente nesta ordem:

10.1-1. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes nas declarações deste Edital e do contrato.
- b) Contrato Social e última alteração contratual consolidada ou ainda, Documento Constitutivo da Sociedade/Empresa, devidamente registrado na Junta Comercial ou em Cartório;
- c) Os documentos relacionados na alínea “a” deste subitem “10.1-1” não precisará constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.1-2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) atualizado;
- b) Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa junto a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- d) Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa junto a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- e) Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no caso de Microempreendedor Individual, sem funcionário, deverá apresentar em substituição uma declaração de que é MEI e não possui funcionário;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.1-3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da Sede da Licitante.

10.1-4. OUTRAS DECLARAÇÕES:

- a) Declaração da licitante de que se enquadra ou não na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas eventuais hipóteses do §4º daquele Artigo, conforme modelo constante do Anexo V se for o caso, podendo tal declaração ser confeccionada na própria sessão pública, ciente o procurador/representante de eventuais sanções de falsidade cabíveis;
- b) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, relativamente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos conforme sugerido no Anexo VI;
- c) Declaração elaborada em papel timbrado ou que conste o CNPJ e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme o modelo sugerido no ANEXO VII.

10.2- DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 10.2-1. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes de habilitação para a devida autenticação pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 10.2-2. Os documentos mencionados neste Edital não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.
- 10.2-3. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original, a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 10.2-4. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 10.2-5. A ausência de documentos ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará o licitante.
- 10.2-6. Sob a pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com o nº do CNPJ e endereço respectivo.
- 10.2-7. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- 10.2-8. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.2-9. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Ato Convocatório e seus Anexos deverá o Pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 10.2-10. No caso de verificação de irregularidades nas certidões apresentadas, exigidas para habilitação da licitante, o Pregoeiro poderá, em havendo disponibilidade dos dados necessários em sites oficiais, realizar a consulta para saneamento das falhas encontradas, e, extrair o respectivo comprovante para juntada aos autos.
- 10.2-11. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura do pregão.
- 10.2-12. A presente licitação é para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/2006, portanto, é imprescindível que sejam apresentados, pelas empresas participantes, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 10/2013, e declaração de enquadramento em conformidade com o Art. 3º da Lei Complementar nº



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

123/2006, afirmando ainda, que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do §4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

11. RECURSOS

- 11.1- Declarado o vencedor, fracassada ou deserta a licitação, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata.
- 11.1-1. O Pregoeiro negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.
- 11.1-2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer dos licitantes importará decadência no direito de recurso.
- 11.1-3. Admitido o recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões.
- 11.1-4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 11.1-5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso na sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 11.2- A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto à Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente da Câmara Municipal, observados os prazos previstos no Edital.
- 11.3- Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:
 - 11.3-1. Motivadamente, reconsiderar a decisão;
 - 11.3-2. Motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a Autoridade Competente.
- 11.4- Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.
- 11.5- Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 11.6- Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.
- 11.7- As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no sítio oficial da Câmara Municipal de São João Nepomuceno na internet.
- 11.8- A Câmara Municipal de São João Nepomuceno não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos das citadas neste instrumento, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
- 11.9- Na ausência de manifestação de intenção de interposição de recursos ou após decisão dos mesmos, o Pregoeiro devolverá os envelopes de “HABILITAÇÃO” inviolados aos licitantes desclassificados podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1- Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora, e encaminhará o processo respectivo para homologação do resultado pela autoridade competente.
- 12.2- Decididos os recursos porventura interpostos, e constatados a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 12.3- Homologado o procedimento, o contrato será formalizado nos termos deste Edital.

13. RESPONSABILIDADE DO LICITANTE

- 13.1- O licitante que apresentar-se à sessão pública por intermédio de seu representante credenciado deve pautar-se com o devido decoro, estando ciente de tudo o que determina a legislação pertinente ao Pregão Presencial e às normas gerais de licitação, bem como sobre as condições e sanções previstas neste Edital.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1- A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da adjudicação respectiva.
- 14.2- Pela inexecução total ou parcial do objeto, a administração poderá garantida prévia defesa, aplicar ao contratado às seguintes sanções:
 - 14.2-1. Advertência;
 - 14.2-2. Multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 14.2-3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 14.2-4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;
- 14.2-5. Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização ao Contratante por perdas e danos;
- 14.2-6. Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante.
- 14.3- São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
 - 14.3-1. Não atendimento às especificações relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
 - 14.3-2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, serviço ou de suas parcelas;
 - 14.3-3. Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 - 14.3-4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - 14.3-5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - 14.3-6. Prestação de serviço de baixa qualidade.
- 14.4- O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.
- 14.5- O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos os por vir e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela contratada, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.
- 14.6- As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

15. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 15.1-1. A administração poderá revogar a presente licitação por interesse público, mediante despacho fundamentado ou anulá-la por verificação de qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

irregularidade ou ilegalidade, por iniciativa própria ou mediante provocação de terceiros, não cabendo aos licitantes direito à indenização, nos termos dos Art.s 49 e 59 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16. CONTRATAÇÃO

- 16.1- Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, conforme minuta do Anexo VIII.
- 16.1-1. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 16.1-2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 16.1-3. Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes no pregão, o licitante deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa.
- 16.2- O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, dentro de no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail.
- 16.3- Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

17. PAGAMENTO

- 17.1- O valor do serviço a ser considerado no termo de contrato será aquele cotado pelo proponente vencedor e consignado em Ata.
- 17.2- O pagamento pelos serviços de publicação será efetuado mensalmente mediante a apresentação de nota fiscal no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega, conferência e aprovação do objeto deste contrato.
- 17.3- Para a efetivação do pagamento, caberá à contratada emitir nota fiscal em moeda corrente do país, referente ao objeto contratado.
- 17.4- Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

17.5- Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

18. PRAZO E REAJUSTE

18.1- O objeto da presente licitação terá início quando da assinatura do termo contratual findando-se após 12 (doze) meses de vigência.

18.2- O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, conforme Art. 57, inciso II da Lei n.º 8666/1993.

18.3- O valor contratual poderá ser reajustado, anualmente, de acordo com o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor, ou outro índice que vier a substituí-lo.

19. JULGAMENTO

19.1- O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que observadas as especificações estabelecidas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente.

20. FISCALIZAÇÃO

20.1- Adota-se neste item a definição “FISCALIZAÇÃO” como sendo o representante da Administração especialmente designado ou contratado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Edital.

20.2- A CONTRATADA deverá manter um representante para contatos e esclarecimentos com a FISCALIZAÇÃO.

20.3- A FISCALIZAÇÃO fica impedida de liquidar o serviço caso haja a execução fora dos parâmetros técnicos estipulados ou que não atendam as exigências contidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

20.3-1. As execuções dos serviços fora das especificações previstas não impedem a sua aferição posterior.

20.4- A FISCALIZAÇÃO fica impedida, também, de encaminhar para pagamento documentos de cobrança (duplicata, nota fiscal ou similar) que não atendam rigorosamente às condições previstas neste instrumento, sendo certo que qualquer tolerância ou mesmo a inobservância do procedimento ora estabelecido não representará, jamais, novação ou alteração do que ficou pactuado.

20.5- Qualquer entendimento entre a Câmara Municipal e o contratado será sempre por escrito, não sendo levadas em consideração, para nenhum efeito, quaisquer alegações fundadas em ordens ou declarações verbais.

20.6- A FISCALIZAÇÃO é exercida no interesse da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG e não exclui ou reduz a responsabilidade exclusiva do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

contratado, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, as quais, se verificadas, não implicarão em corresponsabilidade da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG ou de seus prepostos.

21. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO

- 21.1- Garantir o cumprimento do contrato, executando o seu objeto conforme pactuado, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Câmara Municipal de São João Nepomuceno ou a terceiros, provenientes da execução do serviço, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações dos textos digitados.
- 21.2- Arcar com todas as despesas de frete (carga/descarga) dos materiais/equipamentos adquiridos.
- 21.3- Além de executar o objeto conforme previsto, o contratado se obriga, ainda, a comunicar à contratante, qualquer ocorrência anormal verificada na execução do contrato.
- 21.4- Obriga-se também a iniciar os serviços na data de assinatura do instrumento contratual.
- 21.5- Republicar, sem ônus para a Câmara Municipal qualquer material entregue com defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação ou que de qualquer forma difira do texto original e padrão apresentado para divulgação.
- 21.6- Responderá a contratada direta e exclusivamente pela execução do fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do objeto a terceiros, sem o expresse consentimento da Câmara Municipal.
- 21.7- Garantir o cumprimento do contrato, executando o seu objeto conforme pactuado, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Câmara Municipal de São João Nepomuceno ou a terceiros, provenientes da execução do serviço, respondendo por si ou por seus sucessores.
- 21.8- O recebimento da mercadoria não desobriga a contratada de substituí-la se for constatada, posteriormente, má qualidade, vícios ou qualquer defeito, ficando sujeita às penalidades previstas no edital de licitação e na legislação aplicável.
- 21.9- Disponibilizar endereço para a transmissão eletrônica de dados via internet do expediente a ser publicado.
- 21.10- Disponibilizar espaço físico adequado e funcionário capacitado para efetuar o processo de diagramação, em conjunto com o servidor designado pela Câmara Municipal do expediente a ser publicado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 21.11- Emitir, também via internet, aviso de recebimento da publicação no mesmo dia de transmissão da mesma.
- 21.12- O contratado é o único responsável por todas as obrigações fiscais, parafiscais, trabalhistas e previdenciárias referentes à sua personalidade jurídica, inclusive as relações empregatícias, se houver, com os profissionais e demais pessoas que utilizar na execução do objeto contratado.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

- 22.1- Proporcionar condições para a boa execução do objeto deste contrato.
- 22.2- Designar servidor pertencente ao seu quadro de pessoal para fiscalizar a execução do serviço.
- 22.3- Entregar o expediente a ser publicado através de dispositivo de armazenamento por meio eletrônico.
- 22.4- Quando o expediente for enviado por e-mail, será encaminhado em anexo o arquivo do texto e/ou das ilustrações.
- 22.5- Remeter advertências ao contratado, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.
- 22.6- Fazer cumprir o prazo contratual.

23. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

- 23.1- A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus Anexos, bem como das Normas Administrativas vigentes, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 23.2- Qualquer pedido de esclarecimento em relação ao presente Edital deverá ser dirigido por escrito a Comissão de Pregão, no endereço: Rua Domingos Henriques de Gusmão, n.º 104, Centro, São João Nepomuceno – MG, CEP 36680-015, Tel.: (32) 3261-1107, ou e-mail contato@camarasjn.mg.gov.br.
- 23.3- O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 23.4- A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
- 23.5- O Pregoeiro em qualquer fase da sessão de pregão poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 23.6- Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 23.7- O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no §3º do Art. 43 da Lei Federal 8.666/1993.
- 23.8- Se houver solicitação de documentos novos, estes poderão ser enviados, no momento da sessão, via fax ou e-mail e, posteriormente, deverão ser enviados ao Pregoeiro, em até 48 (quarenta e oito) horas, em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.
- 23.9- O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.
- 23.10- As decisões do Presidente da Câmara Municipal, bem como do Pregoeiro serão publicadas no “Mural de Avisos e Publicações”.
- 23.11- A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fatos superveniente comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba aos licitantes quaisquer indenizações ou reclamações.
- 23.12- A Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 23.13- Para atender a seus interesses, a Câmara reserva-se no direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no §1º do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.
- 23.14- Cópia deste instrumento convocatório poderá ser obtida no endereço eletrônico: <http://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/> ou pelo e-mail: contato@camarasjn.mg.gov.br.
- 23.15- Os licitantes e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no “Mural de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Avisos e Publicações da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG”, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

- 23.16- Alertamos a todos os licitantes que constitui objeto desta licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO DE JORNAL INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO – MG.**
- 23.17- Quaisquer casos omissos serão analisados e definidos pelo Pregoeiro.
- 23.18- O foro designado para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de São João Nepomuceno – MG.
- 23.19- Integram o presente Edital:
- 23.19-1. Anexo I – Termo de Referência;
 - 23.19-2. Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação;
 - 23.19-3. Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento;
 - 23.19-4. Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
 - 23.19-5. Anexo V – Modelo de Declaração §4º do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006 (Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte);
 - 23.19-6. Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento à Norma XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
 - 23.19-7. Anexo VII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
 - 23.19-8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

São João Nepomuceno 06 de maio de 2022.

Rodrigo Menezes Costa Caçador
PREGOEIRO

Paula Soares Knop
EQUIPE DE APOIO

Marco José de Souza Almeida
EQUIPE DE APOIO

Maria Cristina Corrêa Sarmiento
EQUIPE DE APOIO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1- A presente licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO DE JORNAL INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO - MG.
- 1.2- As publicações a que se referem a presente contratação compreenderão as seguintes especificações:

Tamanho	267mm X 410mm (Página)
N.º de páginas por edição	04 (quatro) páginas
Tipo de papel	Branco – Apergaminhado (56gr)
Tipo de impressão	Colorido em todas as páginas
Matriz	CTP
Tiragem	1000 (mil) exemplares por edição
Periodicidade	Mensal
Diagramação	O material para publicação do jornal será entregue à contratada por meio de dispositivo de armazenamento eletrônico ou e-mail para a execução dos serviços de diagramação e editoração.
Layout	O layout deverá ser criado baseado nas edições anteriores do Jornal Notícias da Câmara.

2. FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.1- O desenvolvimento do layout deverá ser realizado pela contratada e será baseado nas edições anteriores do Jornal Notícias da Câmara, obedecendo as configurações de tamanho especificadas neste Termo de Referência.
- 2.2- A diagramação de cada publicação deverá ser acompanhada e supervisionada pelo servidor designado pela Câmara Municipal responsável pelo pedido junto à empresa contratada.
- 2.3- O serviço de diagramação deverá ser executado cabendo às partes que acordem previamente o local, dia e horário para a execução do serviço.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 2.4- Caso seja do interesse da Câmara Municipal, a disposição do texto, o tipo de fonte, o tamanho do corpo da fonte, a inclusão de outros elementos, como fotos e ilustrações, poderão ser alterados, mediante comunicação do responsável pelo pedido.
- 2.5- Cabe à Câmara Municipal através de seu servidor designado, validar o processo de diagramação antes de sua impressão.
- 2.6- Validado o processo de diagramação a contratada terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para a entrega dos impressos na sede da Câmara Municipal.

3. ENTREGA DOS IMPRESSOS

- 3.1- Fica fixado como limite para a entrega dos impressos o dia 18 (dezoito) de cada mês.
- 3.2- A entrega deverá ser realizada na sede da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, localizada à Rua Domingos Henriques de Gusmão, n.º 104, Centro, São João Nepomuceno – MG, em dias de expediente da Câmara Municipal, no horário de 08h às 11h ou de 13h às 16h.

4. JUSTIFICATIVA

- 4.1- A contratação visa à publicação dos atos oficiais e institucionais deste Poder Legislativo em veículo de comunicação impresso e institucionalizado, uma vez que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, publicidade e eficiência que a regem, bem como as demais Leis. Neste sentido a comunicação se torna componente essencial para que haja a prática e correta compreensão dos atos do governo, o que torna imprescindível que o poder público constitua um processo de comunicação bem estruturado, para que aqueles a quem o povo outorgou o poder, o exerçam com dignidade, correção, ética e com o conhecimento de que a coisa pública pertence a todos e não aos interesses pessoais de quem está no poder.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Declaramos, para devidos fins, sob as penalidades da Lei, que a empresa
_____, CNPJ _____ -
_____, com sede na _____ cidade
_____ encontra-se HABILITADA para participar do
Processo Licitatório nº 026/2022, Pregão Presencial nº 03/2022, nos ditames da Lei
Federal 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal 8.666/93.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura

Razão Social da Empresa e CNPJ
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade e CPF



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, executar lances, manifestar-se em nome da Empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

São João Nepomuceno, ____ de _____ de 2022.

Assinatura: _____

CPF:

Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da Empresa.

Obs.: 1 - De acordo com o Art. 3º, I, da Lei nº 13.726, de 8 de outubro 2018, é dispensada a exigência de reconhecimento de firma, devendo para tanto, ser apresentado o documento de identidade original do signatário para verificação da assinatura.

2 – Caso não seja possível a apresentação do documento de identidade original, exige-se, para esta Carta de Credenciamento, o reconhecimento de firma.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO PRESENCIAL (Preenchida em papel timbrado da proponente)	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Telefone	
DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	
VALOR POR EDIÇÃO (mensal) 1.000 (mil) exemplares	R\$ _____,_____
VALOR ÚNICO (global)	R\$ _____,_____
Prazo de validade da proposta	60 (sessenta) dias.
DECLARAÇÃO: Declaro ter tomado conhecimento do instrumento convocatório relativo à licitação em referência, estar ciente dos critérios de julgamento do certame e da forma de fornecimento e pagamento estabelecidos para remunerar a execução do objeto licitado e que esta proposta foi elaborada de forma independente.	
Nome	
Cargo	
Identidade	
CPF	
Carimbo do CNPJ	
Data e Local	
Assinatura do representante legal da empresa	



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____,
CNPJ n.º _____, declara, sob as penas da lei, por intermédio
de seu representante legal, que cumpre os requisitos legais para qualificação como
_____ (indicar a condição na qual a empresa se
enquadra: Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP), conforme previsto
no Art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que não está sujeita a quaisquer
dos impedimentos do § 4º deste mesmo artigo, estando apta a usufruir do tratamento
favorecido estabelecido nos Art.s 42 a 49 da citada lei.

Por ser verdade assina o presente.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura

Razão Social da Empresa e CNPJ
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade e CPF



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VI
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa _____,
CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o
(a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, declara,
para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993,
acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (___).
(marcar com um “x” o espaço acima, em caso afirmativo)

Por ser verdade assina o presente.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura

Razão Social da Empresa e CNPJ

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade e CPF



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VII
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO

A empresa _____,
CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o
(a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, no uso de
suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da
Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não
foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de
qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a
comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina o presente.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura

Razão Social da Empresa e CNPJ
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade e CPF



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VIII
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____ /2022

CONTRATANTE

Razão Social: Câmara Municipal de São João Nepomuceno

Logradouro: Rua Domingos Henriques de Gusmão, nº: 104, Centro

Cidade: São João Nepomuceno **UF:** MG **CEP:** 36.680-015

TEL: (32) 3261-1107

CNPJ: 07.238.867/0001-29

Inscrição Estadual: Isento

CONTRATADO

Razão Social:

Logradouro:

nº:

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

TEL:

CNPJ:

Inscrição estadual:

Pelo presente instrumento, devidamente autorizado no Processo Administrativo referente à Licitação nº 026/2022, regido pela Lei nº. 10.520/2002 com suas alterações posteriores, e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93, o **CONTRATANTE** autoriza o **CONTRATADO** a prestar os serviços conforme especificado nesta licitação, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, seus Anexos e em sua Proposta, documentos estes que integram este contrato como se nele estivessem fielmente transcritos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1.O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO DE JORNAL INSTITUCIONAL PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO – MG.

1.2.O objeto contratado deverá obedecer integralmente ao previsto no Edital nº. 026/2022 e neste instrumento. Qualquer alteração somente poderá ser efetuada mediante prévio entendimento, sendo o mesmo consubstanciado em termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS E ANEXOS



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

2.1. Integram o presente instrumento, como se nele estivessem fielmente transcritos, a proposta da CONTRATADA, bem como o Edital referente à Licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. Dá-se ao presente instrumento o valor total de R\$ _____ .

3.2. O preço é considerado completo não podendo, em qualquer fase da execução deste instrumento, ser exigido seu complemento sob qualquer fundamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento pelos serviços de publicação será realizado em 12 parcelas iguais, mensalmente, mediante a apresentação de nota fiscal, no prazo de até 05 (cinco) dias após a entrega, conferência e aprovação do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. As despesas com a aquisição do objeto de que trata este instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01.000.000.01.031.0001.2.004 - Divulgação
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 00018

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E REAJUSTE

6.1. Os serviços do presente contrato terão início quando da sua assinatura findando-se após 12 (doze) meses de vigência.

6.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, conforme art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

6.3. O valor contratual poderá ser reajustado, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DA CONTRATADA:

7.1.1. Além de executar o objeto conforme previsto, o CONTRATADO se obriga, ainda, a comunicar à CONTRATANTE, qualquer ocorrência anormal verificada na execução do contrato.

7.1.2. Arcar com todas as despesas de frete (carga/descarga) dos materiais/equipamentos adquiridos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.1.3. Republicar, sem ônus para a Câmara Municipal qualquer ato publicado com incorreção ou que de qualquer forma difira do texto original e padrão apresentados para divulgação.

7.1.4. Garantir o cumprimento do contrato, executando o seu objeto conforme pactuado, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Câmara Municipal de São João Nepomuceno ou a terceiros, provenientes da execução do serviço, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações dos textos digitados.

7.1.5. Disponibilizar endereço para a transmissão eletrônica de dados via internet do expediente a ser publicado.

7.1.6. Emitir, também via internet, aviso de recebimento da publicação no mesmo dia de transmissão da mesma.

7.1.7. Obriga-se também a iniciar a execução dos serviços logo após a data de assinatura do instrumento contratual.

7.1.8. O CONTRATADO é o único responsável por todas as obrigações fiscais, parafiscais, trabalhistas e previdenciárias referentes à sua personalidade jurídica, inclusive as relações empregatícias, se houver, com os profissionais e demais pessoas que utilizar na execução do objeto contratado.

7.1.9. A CONTRATADA assume por força do presente instrumento a responsabilidade de indenizar a CONTRATANTE dos danos ou prejuízos, inclusive causados a terceiros, em razão de defeitos, erros, falhas e outras irregularidades provenientes de negligência, desídia, má fé ou imperfeição do material, peça ou mão de obra empregada, que tornarem objeto contratado impróprio às finalidades a que se destinam; tudo isso sem prejuízo da responsabilidade criminal cabível.

7.1.10. Cumprir as normas gerais e regulamentares de medicina e segurança do trabalho nas suas instalações, inclusive o uso por seus empregados dos equipamentos de proteção individual.

7.1.11. Não transferir a terceiros, ou subcontratar, o objeto do presente contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

7.1.12. Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que ocorra na sua constituição.

7.1.13. Apresentar, sempre que solicitado, as cópias das guias de recolhimento dos encargos previdenciários, devidamente autenticadas.

7.1.14. Manter, durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação exigidas.

7.2. DA CONTRATANTE:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.1. Entregar o expediente a ser publicado através de dispositivo de armazenamento por meio eletrônico para diagramação e editoração. Caso seja de interesse do Legislativo, a disposição do texto, o tipo de fonte, o tamanho do corpo da fonte, a inclusão de outros elementos, como fotos e ilustrações, poderão ser alterados, mediante comunicação do responsável pelo pedido.

7.2.2. Proporcionar condições para a boa execução do objeto deste contrato.

7.2.3. Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

7.2.4. Fazer cumprir o prazo contratual.

7.2.5. Designar servidor pertencente ao seu quadro de pessoal para fiscalizar a execução do contrato.

7.2.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo e forma estabelecidos no Edital e respectivo Contrato.

7.2.7. Atender às condições de sua responsabilidade previstas nos documentos, que, como anexos, integram este instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a ADMINISTRAÇÃO poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a ADMINISTRAÇÃO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

8.1.5. Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização ao Contratante por perdas e danos;

8.1.6. Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1.A FISCALIZAÇÃO do serviço será realizada nos dias úteis, observando o horário de funcionamento da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, independentemente de prévio comunicado ao contratado, por servidor expressamente designado por Portaria pela Câmara Municipal para exercer a fiscalização do contrato.

9.2.A FISCALIZAÇÃO fica impedida de liquidar o serviço caso haja a execução fora dos parâmetros técnicos estipulados ou que não atendam às exigências contidas no Edital e em seus Anexos.

9.3.A fiscalização fica impedida de encaminhar para pagamento documentos de cobrança que não atendam rigorosamente às condições previstas neste instrumento, sendo certo que qualquer tolerância, ou mesmo a inobservância do procedimento ora estabelecido, não representará, jamais, novação ou alteração do que ficou pactuado.

9.4.A fiscalização é exercida no interesse da CÂMARA MUNICIPAL e não exclui ou reduz a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, as quais, se verificadas, não implicarão em corresponsabilidade da CÂMARA MUNICIPAL ou de seus prepostos.

9.5.Qualquer entendimento entre a fiscalização e a Contratada será sempre por escrito, não sendo levadas em consideração, para nenhum efeito, quaisquer alegações fundadas em ordens ou declarações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS EXONERAÇÕES DE RESPONSABILIDADES

10.1. As partes não serão responsáveis pelo inadimplemento que resultar de caso fortuito ou de força maior, assim entendidos os fenômenos naturais, tais como inundações e outros, ou circunstâncias alheias às vontades das partes, imprevisíveis, sempre na medida em que impeçam ou retardem o cumprimento das respectivas obrigações.

10.2. A parte cuja prestação seja impedida ou retardada por quaisquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá comunicar e provar a ocorrência à outra parte, imediatamente e por escrito, expondo-lhe as razões pelas quais está compelida a sustar ou retardar a execução do pactuado.

10.3. Cessado o impedimento, retorna-se à execução do objeto, prorrogando-se o prazo contratual pelo número de dias de sua paralisação, ressalvado à CONTRATANTE a faculdade de rescindir o contrato, caso tal período tenha sido superior a 10% (dez por cento) do prazo pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O presente instrumento poderá ser rescindido ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93.

11.2. A rescisão se fará pelas formas e condições previstas no art. 79 da mesma Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.3. Em caso de rescisão contratual, são reconhecidos e resguardados os direitos da CONTRATANTE estabelecidos no art. 80 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. É único e exclusivo competente para a solução de todo e qualquer litígio decorrente deste procedimento o foro da Comarca de São João Nepomuceno - MG.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A CONTRATADA, ainda que demandada, administrativa ou judicialmente, não poderá opor à CONTRATANTE qualquer tributo, seja federal, estadual ou municipal, incidente sobre mão-de-obra, materiais ou peças empregados no objeto, correndo à sua conta exclusiva os pagamentos que sobre esses títulos tiverem sido feitos, ou opor, ainda, qualquer cobrança oriunda de encargos decorrentes de processos que contra si forem instaurados, ainda que por sua natureza sejam suscetíveis de transação.

13.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o §1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8666/93.

13.3. O não exercício pelas partes de qualquer dos direitos contratuais ou legais, representará ato de mera tolerância e não implicará, com relação a esse instrumento, em novação quanto a seus termos ou em renúncia ou desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser exercidos a qualquer tempo.

E por estarem justos e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, digitado e impresso em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, para um só efeito e para todos os fins de direito, na data adiante mencionada, juntamente com as testemunhas abaixo.

São João Nepomuceno (MG), _____ de _____ de 2022.

Francisco Augusto Baptista de Oliveira Carillo
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

CONTRATADA
CNPJ:

Testemunha: _____ CPF: _____

Testemunha: _____ CPF: _____